



SOCIEDADE BRASILEIRA  
DE SOCIOLOGIA



[Entrada Downloads](#)



[Pesquisar Documentos](#)



## **IV Congresso Brasileiro de Sociologia**

Anais do IV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro, de 01 a 02 de junho de 1989.

ISSN: 2236-6636

Pretendo desenvolver uma reflexão sobre os estudos que tratam do "agrário" no Brasil, basicamente na década de 80. Há várias resenhas sobre esse tema, desde uma do Prof. Antônio Cândido, ainda nos anos 50, até aquela que tomarei como ponto de partida, a resenha dos Profs. José Cesar Gnaccarini e Margarida Moura, publicada em 1983. Tentarei fazer uma reflexão sobre a produção publicada, (não tive condições de fazer o balanço de teses ou de comunicações), que chega a mais de uma centena de títulos, entre livros e artigos, de 1983 até 1989. Procurarei também fazer uma reflexão, tendo como base esses últimos seis anos, sobre as diferenças e repetições em relação ao período anterior, basicamente o período dos anos 60/70, que já foi discutido de modo extremamente interessante pelos dois autores citados. Dividirei minha análise em três partes: na primeira, montarei os eixos temáticos dos diferentes temas de investigação; na segunda parte salientarei as questões sociológicas em debate, sejam as lacunas e as rupturas, sejam as questões fundamentais que hoje se colocam; na terceira, salientarei algumas contribuições dessa Sociologia do "Rural" ao conhecimento sociológico, à teoria geral da Sociologia, ou das Ciências Sociais. Concluirei com uma reflexão sobre em que medida se repete hoje aquilo que Gnaccarini e Margarida Moura já diziam no início do seu trabalho: o tema é perpassado pela relação entre tensões sociais e interpretações teóricas, ou seja, trata-se de um tema privilegiado para se discutir relação entre sociedade, poderes e saberes.

Quanto ao primeiro ponto, os temas de investigação, parece-me que esse conjunto de trabalhos tem como base quatro grandes eixos: um primeiro, que se poderia chamar de a estruturação do rural; um segundo, composto por estudos que tentam dar conta de mediadores políticos nesse espaço social; um terceiro grande eixo diz respeito às relações sociais na sociedade agrária brasileira; e um quarto, que tem a ver com a violência, os conflitos e as lutas sociais no campo. Procurarei comentar e detalhar cada um desses quatro grandes eixos. No que se refere ao primeiro - a estruturação do rural -, é evi-

dente que há toda uma preocupação dos estudiosos em enfatizar a implantação e a eficácia ou não de uma série de políticas públicas em relação ao rural. O rural é um espaço privilegiado de intervenção do Estado - evidentemente que essa intervenção ocorre em toda a sociedade brasileira, de modo acentuado no último período político - mas no rural esta parece ser uma preocupação central. Então temos uma gama de políticas públicas setoriais que foram estudadas, avaliadas, cujos efeitos sociais foram analisados e discutidos por uma série de trabalhos de diferentes origens. A política agrícola, por exemplo, é um tema predominante, no entanto, algumas políticas específicas não deixam de ser alvo de estudos como: a política de irrigação; a política de desenvolvimento tecnológico para a agricultura, formas de planejamento participativo, ou planejamento alternativo em relação à instalação de perímetros agrícolas; e também a relação entre a política agrícola e trabalho feminino. De qualquer maneira, esse primeiro tema, políticas públicas, esteve marcado pelo reflexo de todas as transformações recentes da economia e da sociedade brasileira que, no caso do rural, aparecem enquanto a grande temática da modernização da agricultura. Interessante é que essa temática é perpassada pelos mais variados matizes teóricos e ideológicos, chegando a produzir quase uma unanimidade em relação aos efeitos sociais e às formas de relações sociais que são produzidas por tais políticas de modernização. Esse parece ser, assim, um primeiro grande tema, o qual vai definir uma das primeiras questões que eu mencionarei adiante.

O segundo tema, ao nível da estruturação do rural, seria a questão da reforma agrária. Essa questão é datada da retomada de estudos a partir do último período da transição política, ou a partir da Nova República. Uma série de trabalhos tentam dar conta não só das demandas sociais por essa política de reforma agrária, mas também de todos os percalços que a formulação e definição dessa política, provocou, desde o debate havido no ano de 1985 entre vários atores sociais; para culminar, com a presença deste tema, questão agrária ou reforma agrária, na Assembléia Nacional Constituinte. Ora, esse é um objeto que foi privilegiado, concluindo-se agora, em 1989,

um ciclo, ciclo das grandes esperanças e depois de grandes decepções: esse é o ciclo no qual a reforma agrária apareceu analisada de diferentes maneiras. Na política agrária, diferentemente da política agrícola, aparece um outro tema, talvez não tão importante nesse período, o processo da colonização agrícola, que tinha sido o grande tema da política agrária nos anos 70; surgem trabalhos de investigação que discutem principalmente aquilo que as políticas dos anos 70 produziram em diferentes espaços brasileiros, especialmente nas áreas da Amazônia legal, mas não apenas. Se houve estudos sobre colonização oficial na Amazônia legal, no Pará e no Mato Grosso, houve também estudos sobre a região da Bahia, onde há programas de colonização em terras públicas e privadas. Mais recente é a preocupação com programas de colonização particular, uma antiga estratégia na história brasileira, e que reaparecem agora muito centrado nas áreas de cerrados, em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

Então esse primeiro tema, políticas públicas, aparece nessas três dimensões. Ora, é evidente que essas políticas públicas vão levar, imediatamente, a um segundo tema, ou seja, os mediadores políticos. Desde a década de 70 e durante toda a década de 80 assiste-se não só a grandes mobilizações no campo brasileiro como também ao aparecimento de vários mediadores; podemos considerar o Estado e suas diversas agências como um dos mediadores; um outro grande mediador que aparece - é menos o sindicalismo, que foi um tema importante na década anterior e, no entanto, hoje ele é menos focado - são as Igrejas, a Igreja Católica em particular, cuja presença se manifesta através de estudos seja sobre a Comissão Pastoral da Terra, seja sobre formas de cooperação na qual esses mediadores políticos intervieram, seja sobre o próprio trabalho pastoral ou sobre a intervenção no social de pessoas ligadas às Igrejas. Enfim, o principal mediador analisado nesse período é a Igreja Católica e o posicionamento da mesma em relação à questão agrária.

Isso nos leva a um terceiro eixo das análises, o das relações sociais no campo - que talvez seja o tema mais com-

plexo dessa Sociologia do "Rural" - que diz respeito às formas próprias de transição para o capitalismo, velha estória da questão agrária. Três grandes agrupamentos sociais são investigados. O primeiro é a burguesia agrária, talvez o primeiro em importância mas, certamente, o último em volume de trabalhos. Se algumas pessoas já tentaram discutir as próprias organizações representativas ou organizações de classe dessa burguesia agrária, cuja noção é ela mesma problemática; se algumas pessoas tentaram perceber relações sociais em transformação entre classe dominante no campo e outros setores do campo, certamente pode-se afirmar ser essa uma grave lacuna da Sociologia do "Rural" no Brasil, hoje. O segundo agrupamento social analisado são os pequenos produtores, o que causa não poucas polêmicas, entretanto, começa a haver uma certa disseminação de estudos regionais: sobre parceiros ou pequenos produtores pescadores na Amazônia; sobre grupos camponeses na Amazônia, no Sul ou na Paraíba; sobre um grupo que se poderia denominar de "pequena burguesia rural" em São Paulo, ou ainda sobre esse grupo emergente, os camponeses sem terra no Sul do Brasil. Esse tema do campesinato é uma das continuidades na Sociologia do Rural no Brasil, como veremos adiante. O terceiro ator ao nível das relações sociais são os trabalhadores rurais, sejam trabalhadores temporários em São Paulo, em Alagoas, sejam seringueiros no Acre ou garimpeiros na Amazônia, ou ainda o trabalho feminino em Minas Gerais ou mesmo o trabalho de mulheres rurais no emprego industrial em regiões de Santa Catarina. Novamente uma certa diversidade regional; porém verificaremos a existência de algumas descontinuidades em relação ao período anterior.

O quarto eixo temático que aparece nesses estudos reflete uma difícil realidade presente, de modo reiterado, na sociedade brasileira: a violência, os conflitos sociais e as lutas sociais. O estudo da violência costumeira é algo antigo na Sociologia brasileira, desde Maria Silvia de Carvalho Franco, vários autores já trataram da questão da violência no campo. Essa violência volta a aparecer não em regiões longínquas, mas em regiões muito próximas, como Minas Gerais, com todas as mutações dessa violência costumeira; para não falar também da-

quelas formas de trabalho "escravo", presentes em distintas regiões brasileiras, até mesmo no Estado de São Paulo. Portanto, o primeiro aspecto investigado é o da violência costumeira, violência quase como um elemento de constituição do tecido social. Evidentemente, essa violência, seja ela costumeira, seja ela uma violência política, ou como geralmente é, uma simbiose das duas, expressa-se em lutas sociais - por razões teóricas eu utilizo o termo 'lutas sociais' e não o termo comumente usado de 'movimentos sociais'.

As lutas sociais tem sido reconstituídas sociologicamente em diferentes regiões, assim como os diferentes tipos e formas que essas lutas sociais assumem, envolvendo uma variedade de atores em conflito. As Ligas Camponesas do Nordeste dos anos 50 e 60 são retomadas e reestudadas, mas, realmente, dois são os grandes personagens que temos aqui. Por um lado, os camponeses sem terra (colonos sem terra ou trabalhadores sem terra) presentes principalmente nos estados do Sul, mas não apenas; eles têm tido sua emergência, enquanto ator social, enquanto personagem político, muito mais percebida no Sul, até mesmo retomando velhas formas de luta como os acampamentos em terras públicas, em estradas, ou mesmo em terras particulares. Esta presença dos camponeses sem terra é tão marcante que chega a produzir estudos ao nível da Sociologia da Cultura, por exemplo, estudos sobre as poesias gestadas no bojo de tais mobilizações. Por outro lado, o outro personagem relevante das lutas sociais são os posseiros. Seja uma retomada dos estudos sobre os posseiros do sudoeste do Paraná em 1957, a revolta em Francisco Beltrão, Capanema e Pato Branco; sejam estudos sobre essa nova realidade de posseiros que vão se construindo enquanto personagens sociais, enquanto grupos sociais, e até gestando novas formas de identidade social, estudos desenvolvidos em regiões do Mato Grosso, do Maranhão ou do Pará. Ora, a luta pela terra configura o momento privilegiado em que aquelas tensões sociais no campo produzem talvez alguma novidade ao nível da construção do social trazendo inquietações para a Sociologia. Mas restaria ainda uma última forma de luta que são as lutas contra as barragens: os estudos feitos sobre as barragens em Sobradinho na Bahia, ou sobre os

efeitos sociais, da política energética. Feito esse mapeamento dos eixos temáticos presentes na Sociologia do "Rural", no último período, devemos agora expor as questões sociológicas mais importantes que emergem das diferentes investigações. Primeiro, cabe precisar as rupturas epistemológicas em relação à etapa anterior, ou seja, foi superada a questão acerca do modo de produção dominante no campo, a controvérsia sobre o latifúndio, o feudalismo ou o capitalismo, a qual perpassa a história da Sociologia brasileira. Entretanto, não houve continuidade dos estudos acerca do trabalhador volante, pois o bóia fria, em parte, desaparece da Sociologia, salvo uma ou outra exceção. Em terceiro lugar, marcante tem sido a expansão dos estudos sobre a violência, os conflitos sociais e as lutas sociais no campo, iniciados na etapa anterior. Por outro lado, desses diferentes estudos surgem outras categorias sociais: camponeses sem terra, posseiros, colonos da Amazônia, uma camada superior do campesinato (ou uma pequena burguesia rural segundo uma vertente teórica) e a burguesia agrária. No entanto, parece-me que existem pelo menos três lacunas fundamentais. A primeira, é a quase inexistência de estudos publicados sobre a formação social e as práticas sociais da burguesia agrária ou das classes dominantes no campo. A segunda, é que não se encontra um conjunto de estudos capazes de compor o mapa sociológico das relações sociais no campo: tal como existiu o mapa etnográfico de Kurt Nimuendajú, não existe, hoje, um conjunto de estudos capazes de compor o mapa sociológico das relações sociais no campo cobrindo a diversidade regional do país; assim Espírito Santo, Piauí e alguns outros Estados praticamente não existem do ponto de vista da Sociologia "Rural". A terceira lacuna, é que ainda não foi feita de forma sistemática uma análise que perceba em que medida as lutas sociais estão modificando as características dos grupos sociais, das classes sociais em conflito, ou seja, qual é o efeito propriamente socio-dinâmico das lutas sociais no campo.

Se estas são as lacunas, eu diria, para concluir, que existem algumas questões sociológicas em relação ao rural e algumas questões ao nível de um conhecimento sociológico gestadas, talvez, por essa série de estudos. A primeira é que

persiste o debate presente na etapa anterior da relação entre o camponês x e o capital, e aí se tem claramente dois enfoques em confronto. Um que tenta afirmar, de diferentes maneiras, em diferentes regiões, com diferentes autores, que existiria uma lógica econômico-social específica desses personagens chamados camponeses, através do trabalho familiar ou mesmo que estariam subordinados de um modo formal ao capital; enquanto que o outro enfoque tende a enfatizar que esses camponeses seriam algo como trabalhadores para o capital, ou camponeses "integrados", ou ainda que essa produção familiar seria apenas uma atividade organizada pelo próprio movimento de valorização do capital. A segunda questão, a qual infelizmente, não seria possível detalhar aqui, trata da modernização da agricultura, ou seja, a eficácia ao nível da produção do social das políticas públicas implementadas desde o final dos anos 60. Esse também é um debate que já se gestava na etapa anterior: por um lado a análise da industrialização da agricultura, ou do complexo agroindustrial e, por um outro, a análise das relações sociais entre camponeses e fazendeiros, ou trabalhadores rurais, camponeses e empresários. Uma terceira questão é a análise do espaço enquanto locus de relações sociais, perpassado por diferentes concepções do próprio espaço que vão definir campos de confrontação entre grupos e classes sociais. Uma quarta questão são a própria reforma agrária e o sentido social e político dessa reforma agrária, para a qual ainda não há respostas propriamente sociológicas. Finalmente, uma quinta questão fundamental é a própria reconstrução dessas diversas lutas sociais no campo, a partir de sua diversidade de tipos, de sua diversidade regional, dessa multiforme constituição de atores sociais e políticos, novos personagens que entram em cena. Se estas são as cinco questões ao nível do "rural" que aparecem, entendo que a Sociologia do "Rural" tem, através de um privilegiamento fundamental na utilização do trabalho de campo, produzido alguns conhecimentos que se integrariam naquilo que poderíamos chamar uma teoria geral, sem entrarmos nas diferenças de concepção do social ou nas diferentes metodologias, mas enfatizando os elementos construtivos do conhecimento sociológico brasileiro.



Para concluir, farei somente uma apresentação sintética de tais possibilidades teóricas. Uma contribuição fundamental é a noção de diversidade. Todos esses estudos, desde os anos 70, estão em confronto com algo que eu poderia chamar de marxismo "vulgar" ou de marxismo "economicista", marcado por uma percepção evolucionista da sociedade, ou por um darwinismo social, ou seja, uma concepção de linearidade da sucessão dos modos de produção que é expressa na categoria "tendência". Contra isso, parece-me que esse novo padrão de trabalho científico que está em gestação nos estudos do "agrário" propõe a noção de diversidade e a busca de uma unidade, do diverso; entretanto, tal busca de uma centralidade de questões ou de categorias explicativas, não pode mas elidir a questão da diversidade: diversidade social, diversidade espacial, diversidade de tempos históricos. O segundo subsídio teórico refere-se ao próprio conceito de classes sociais, fruto das dificuldades clássicas na Ciência Social desde o século XIX sobre o que são e quais são as classes, ainda mais as classes sociais no campo. Para resumir, eu diria que existe atualmente uma crítica à noção de "situação de classe" e o privilegiamento da idéia de relação social; ou seja, o progressivo distanciamento de uma ótica "essencialista" na análise das classes e a utilização, muito mais, de uma noção de "posição social", retomando o enfoque clássico de Marx acerca da posição dos agrupamentos humanos na estrutura da formação social; por conseqüência, tenta-se reiteradamente reconstruir processos sociais mediante o emprego de noções como trajetórias, diferenciação social horizontal e diferenciação social vertical. Mais ainda, e um último ponto, parece-me que uma outra contribuição desses estudos sobre o "agrário" ao conhecimento sociológico, consiste no desenvolvimento do conceito de cidadania, e é interessante porque isso é feito a partir de estudos de caso, estudos que tentam fazer essa fusão criadora entre o teórico, o histórico e o empírico. A partir exatamente da exclusão social de camponeses e de trabalhadores rurais e do estigma de que são portadores essas categorias, é que se indica uma rediscussão dos componentes formais e reais da noção de cidadania, em primeiro lugar e, depois, da vigência da cidadania numa sociedade como a brasileira. Enfim, algo valioso nesses estudos é que neles

existe a gestação de uma abordagem sociológica baseada na diversidade, na complexidade e que tenta perceber a realidade social como multidimensional. Torna-se portanto muito difícil falar apenas em uma Sociologia do "Rural" porque estamos diante de uma estratégia inter-disciplinar de investigação e de interpretação da sociedade brasileira. De alguma maneira, continuamos todos tentando responder ao paradoxo, apontado por José Cesar Gnaccarini e Margarida Moura, no início da década, entre as tensões sociais do espaço agrário brasileiro e das necessidades teóricas de sua interpretação sociológica. Percorrendo esse trajeto recíproco entre a questão social e a questão sociológica, os sociólogos que se dedicam aos estudos sobre o "agrário" têm contribuído, de forma estimulante, à formação da Sociologia dos tempos atuais.